

Liberdade Pública de Pesquisa e Magistério

Eduardo Lobo Botelho Gualazzi

(Professor Livre-Docente de Direito Administrativo
da Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo. Procurador do Estado de São Paulo)

Aos 18 de dezembro de 1985, o Professor Dr. Antônio Hélio Guerra Vieira, Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, presidiu solenidade, na Faculdade de Direito da USP, atinente à «instalação dos cinco primeiros minicomputadores doados pela Reitoria». Em sua alocução, o Magnífico Reitor da USP referiu-se, entre vários tópicos de singular relevância, à «**ampla autonomia de magistério e pesquisa**» como tradição da Universidade de São Paulo, tendo realçado que todos os Professores usufruem de liberdade para efetuar seus planos de pesquisa, assim caracterizando-se a USP, ainda nas palavras de Sua Excelência, como a Universidade brasileira que mais incentiva e remete Professores e Pesquisadores ao Exterior, bem assim como a que mais recebe congêneres do Exterior. Por este fato, somado a outros aspectos, a Universidade de São Paulo responde por um terço da produção científica brasileira — acrescentou Sua Excelência.

Esta asserção do Magnífico Reitor da USP comporta suscinta análise sob o enfoque da **liberdade pública de pesquisa e magistério**, antigamente denominada «**liberdade pública de cátedra**».

No ensino público, por exemplo, a **liberdade de cátedra** dá ao professor o direito de ensinar, sem reserva, o que julga ser a verdade. Do mesmo modo que o Governo escolhe e paga aos Juizes para que **digam o direito**, assim também seleciona e renumera professores, para **dizerem a verdade**. Não mais do que o **direito**, a **verdade** não é privativa de um partido, porque não há verdade oficial. A independência da cátedra deve ser tão intensamente assegurada, como a independência do Tribunal (cf. Henri Berthélemy, *Traité Élémentaire du Droit Administratif*. 9ª ed., 1920, p. 321).

Conhecimento genuíno, frisava o Presidente Roosevelt, requer liberdade para conseguí-lo («**Genuine knowledge demands freedom to pursue it**»).

«Não se confunda, pois, **liberdade de cátedra** com «abuso», «desvio» ou «excesso» de **liberdade de cátedra**. Constitui «desvio» de **liberdade de cátedra** usá-la para ministrar, por exemplo, **matéria estranha** ao

programa; constitui «abuso» de **liberdade de cátedra** usá-la para doutrinação política ou subversiva; não constitui, porém, «abuso», «desvio» ou «excesso» o uso da cátedra para defesa de verdade científica, nos estritos limites que a pesquisa e a investigação a recomende» (José Cretella Júnior, **Liberdades Públicas**, 1974, São Paulo, p. 142).

O Professor-Pesquisador universitário, em qualquer nível da carreira docente, pode e deve desfrutar da mais ampla **liberdade de ensino e pesquisa**, pela simples evidência de que, no regime constitucional de observância às liberdades públicas, a todas as pessoas físicas são asseguradas as liberdades de opinião e de difusão do pensamento (cf. artigo 153, § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil). Por dobrada razão, ao Professor-Pesquisador deve ter assegurada **liberdade absoluta de magistério e pesquisa**, porque presumivelmente ninguém reúne melhores qualificações do que o Professor-Pesquisador para afirmar e exprimir parecer científico, autônomo, singular e original sobre **qualquer tema**, sobretudo em sua área de especialização, **sem prejuízo da possibilidade de manifestar-se, com a necessária cautela, a respeito de qualquer assunto, no universo da cultura.**

Ouçamos o ensinamento do constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho: «ainda entre várias formas de liberdade de expressão do pensamento está a liberdade de ensino, isto é, poder o mestre ensinar a seus discípulos o que pensa, não podendo ser coagido a ensinar o que os outros pensam ser correto. A Constituição reconhece expressamente a liberdade de comunicação de conhecimento no exercício do magistério» (**Curso de Direito Constitucional**, 11ª ed., 1982, São Paulo, Saraiva, p. 281-282). Com efeito, a vigente Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 176, § 3º, estatui que «a legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas: (...) a **liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério**, ressalvado o disposto no artigo 154». O art. 154 apenas coíbe «o abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção».

Assim, **lato sensu**, pode-se conceituar a liberdade pública de **magistério** como a faculdade de ampla difusão de conhecimentos culturais especializados, segundo a opinião privativa do docente sobre o que considere consistir em verdade científica, bem como a liberdade pública de pesquisa como a faculdade de busca da verdade científica, sem limitação alguma, teórica ou prática, de tempo, lugar ou modo, respeitada a herança cultural do passado e preservada a possibilidade de reformulação científica, presente ou futura, exclusividade de acordo com as convicções e conclusões pessoais do pesquisador.

Sem a observância destas liberdades públicas, a pesquisa e o magistério desfiguram-se, deformam-se, tornam-se meros exercícios de adesão intelectual passiva a pessoas (vivas ou mortas), grupos ou instituições. Sem estas liberdades públicas, enfim, não faz sentido ser Professor e Pesquisador.

Por outro lado, é óbvio que ninguém é especialista em todas as disciplinas das ciências humanas e exatas (aliás, o último e, talvez, o único ser humano a abranger toda a cultura de sua época parece haver sido Aristóteles — 384/322 a.C.). Por razão quando o especialista de uma ou duas disciplinas manifesta opinião científica sobre temas interdisciplinares ou exclusivos de outras disciplinas (próxima ou remotamente afins) deve humildemente inteirar-se das opiniões, prévias ou posteriores, emitidas pelos especialistas de outras disciplinas, reformulando ou não sua própria opinião. Rematado absurdo, porém, consiste no supor-se que um especialista possa ou deva confinar-se exclusivamente em sua disciplina sem jamais pesquisar ou opinar sobre outras disciplinas, próximas ou remotamente afins. Esta observação, aplicável a toda a cultura científica, assume especial relevo, aliás, na própria Ciência do Direito.

Elucida José Cretella Júnior que «setor algum dos conhecimentos humanos constitui círculo fechado e incomunicável de noções. Toda disciplina científica e, mais ainda, filisófica mantém conexões com outros setores do saber, estabelecendo-se uma relação contínua de dependência recíproca, relação esta de reciprocidade e subordinação, característica extraordinária do saber humano» (**Tratado de Direito Administrativo**, vol. I, 1966, Rio/São Paulo, Forense, p. 185-186).

No tocante à **pesquisa**, ademais, o ordenamento jurídico federal, no Brasil, não se limita a assegurá-la como liberdade pública, mas a vincula ao magistério e a incentiva por meio dos seguintes dispositivos legais: a) «entendem-se como atividades de magistério superior aquelas que, pertinentes ao **sistema indissociável do ensino e pesquisa**, se exerçam nas universidades e estabelecimentos isolados em nível superior, para fins de transmissão e ampliação do saber» (art. 2º, **caput**, da Lei federal nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965 - Estatuto do Magistério Superior); b) «o ocupante de cargo de magistério superior fará jus, entre outras, às seguintes vantagens: (...) bolsas de estudo, destinadas a viagens de observação, ou cursos e estágios» (art. 54, **caput** e inciso III, da Lei federal nº 4.881-A/65); c) «as universidades organizar-se-ão com as seguintes características: (.) **flexibilidade de métodos e critérios**, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de **combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa**» (art. 11, **caput** e item f, da Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968); «os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, serão desvinculados de campos específicos de conhecimentos» (art. 33, **caput**, da Lei federal nº 5.540/68) (grifos nossos).

No âmbito específico da **Universidade de São Paulo**, verifica-se que a legislação estadual em vigor é ainda mais enfática, ao incentivar a liberdade pública de pesquisa, porquanto estipula o artigo 166 do Regimento Geral da USP (Decreto estadual nº 52.906, de 27 de março de 1972) que «a USP incentivará a pesquisa **por todos os meios ao seu alcance**, notadamente por: I — concessão de bolsas especiais, principalmente para iniciação científica, abrangendo campos diversos; II — for-

mação de pessoal em cursos de pós-graduação da própria USP ou em outras instituições nacionais e estrangeiras; III — concessão de auxílios para execução de projetos específicos; IV — realização de convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais; V — intercâmbio com instituições científicas estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns; VI — divulgação dos resultados das pesquisas realizadas; VII — promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debates» (grifos nossos).

Não há necessidade do menos esforço hermenêutico para concluir-se que a Universidade de São Paulo está legalmente obrigada a incentivar a mais ampla liberdade pública de pesquisa e magistério, em aspecto disciplinar ou interdisciplinar, departamental ou interdepartamental.

Aliás, a interpretação sistemática dos Estudos da USP (Decreto estadual nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969) e o do Regimento Geral da USP (Decreto estadual nº 52.906/72) evidencia que o legislador estadual sabiamente visou a integração interdisciplinar, interdepartamental e interunitária de toda a Universidade, ou seja, de todo o conhecimento científico, precisamente para assegurar e incentivar, em linha horizontal, a liberdade pública de pesquisa e magistério. Com esse propósito, previu, *verbo gratia*, os Centros Interdepartamentais (art. 69 do Regimento Geral da USP), lamentavelmente ainda não concretizados em algumas Unidades da USP. Numa Universidade, como no próprio mundo, todos os docentes e pesquisadores, em princípio, podem e devem, com a necessária moderação e a imprescindível cautela, pesquisar e opinar a respeito de todos os assuntos que constituem o acervo da Cultura, a partir da evidência de que há uma interpenetração gnoseológica no mundo cultural. Esta liberdade pública não colide — antes coaduna-se — com o princípio da especialização disciplinar, indispensável ao progresso da cultura científica, assim como o princípio da divisão do trabalho possibilita a racionalização do trabalho humano.

«No Universo da Cultura, o Centro está em toda Parte» — eis o feliz dístico da Universidade de São Paulo, gravado em seu *campus* quinze anos atrás, por inspiração do Professor Dr. Miguel Reale, então Magnífico Reitor da USP. Com efeito, não há como confundir *organização administrativa departamental* (agrupamento de disciplinas proximalmente afins) com *integração científica interdepartamental* (liberdade pública de pesquisa interdisciplinar e interdepartamental); a taxinomania burocrática de uma disciplina científica jamais poderia cercear a liberdade pública de seu cultor de realizar pesquisa interdisciplinar ou interdepartamental, com fundamento na legislação indicada no presente estudo.

E pode-se acrescentar que, no Universo da Cultura, o vértice reside no tempo, conforme nos ensinou Leonardo Da Vinci, o gênio da Renascença: «*la veritá solo fu figliuola del tempo*» («a verdade só é filha do tempo»).

Tempus fugit...